



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 425/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00351 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso aos extratos ou resumo mensal das informações: saldos mensais, as destinações mensais de recursos recebidas pelo fundo para financiar os projetos, os rendimentos financeiros mensais provenientes das aplicações dos saldos dos recursos em conta e as saídas do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente referentes aos anos 2019, 2020, 2021 e 2022 até 30/10. Demanda não atendida. Provimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI nº 425/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em recurso, o órgão informou que os dados disponíveis para auxiliar a pesquisa estavam disponíveis no site do CONDECA e forneceu o link para acesso. Insatisfeito, o solicitante apresentou o apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar novamente para fornecer outras informações complementares, o ente não se manifestou.
4. Deve-se consignar que o direito a acesso a informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir o procedimento previsto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação – LAI e das disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Diante do exposto, constatado o atendimento parcial da demanda, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do referido Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 26/12/2022 às 16:03:13.

Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 26 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público